

Caros delegados,

Bem vindos ao 9º MINI-ONU e ao Fundo Monetário Internacional! O tema que iremos simular é muito interessante e espero que vocês gostem desse comitê tanto quanto eu gostei de prepará-lo para vocês.

Em outubro desse ano, estarei cursando o 8º período de Relações Internacionais na PUC Minas e o 6º período de Ciências Econômicas na UFMG. Como se pode perceber pelas minhas graduações, tenho um grande interesse por economia internacional, e o FMI é parte integrante dela. Afinal, uma instituição que coordena o sistema financeiro internacional é de extrema importância.

Esse será meu quarto MINI (se vocês fizerem as contas, verão que participei de um em cada ano da minha graduação): fui voluntária do FMI no 6º MINI, diretora assistente na OMC no ano seguinte e diretora da OMC no último MINI. Novamente, fica bem clara minha predileção por economia internacional e pelo FMI, de cuja criação eu também já “participei”, no comitê da Conferência de Bretton Woods, no Temas (modelo universitário organizado pelos estudantes da PUC Minas).

Os diretores assistentes serão o André e o Lucas, que se apresentam:

“Sou Lucas Ribeiro Mesquita, aluno do terceiro período do curso de Relações Internacionais da PUC-MG. Sou um grande admirador de simulações, já participei de algumas simulações pelo país como delegado, organizador, e hoje tenho a oportunidade de estar do outro lado da mesa, com o objetivo de propiciar aos delegados o mesmo sentimento de dedicação e entusiasmo, que vivi como participante de simulações. Tenho um carinho especial pelo FMI, pelo fato que foi o primeiro comitê que simulei, na própria Mini-Onu, com a coincidência de ter a atual diretora do Fundo como voluntária no mesmo comitê.”

“Meu nome é André Lucas, estou no terceiro período de Relações Internacionais e este é o quinto Mini-ONU de que participo. Fui três vezes como delegado, uma vez até em um comitê do FMI, e agora assumo o cargo de Diretor Assistente. Espero que este comitê gere discussões de alto nível retratando o cenário conflituoso, por natureza, das relações dentro do FMI.”

O FMI é uma instituição sempre presente no debate político e na imprensa do Brasil, muitas vezes visto como vilão. No entanto, é preciso que vocês procurem abandonar uma visão muito ideologizada e maniqueísta do Fundo e percebam seu papel fundamental e, por que não dizer, benéfico, na manutenção da ordem econômica mundial. Como vocês verão a seguir, o FMI foi criado para impedir crises como a de 1929 através da cooperação dos países. Esse é um objetivo louvável que ainda faz parte das diretrizes da instituição.

Peço também que procurem embasar sua pesquisa, não só em jornais e revistas, mas também em fontes oficiais, discursos dos representantes do país que estiverem representando, e busquem entender o contexto de criação do FMI. Qualquer dúvida, não hesitem em entrar em contato através de e-mail, scrap no orkut, sinal de fumaça... abraço e até outubro!

Celeste Cristina Machado Badaró

[cristinambadaro@gmail.com](mailto:cristinambadaro@gmail.com)

**Comitê:** Fundo Monetário Internacional – Assembléia dos Governadores

**Tema:** A reforma do FMI

## **Introdução**

Esse comitê tem como objetivo simular as discussões que ocorrem atualmente no Fundo Monetário Internacional (FMI), sobre as propostas de mudança na instituição. Vários países membros afirmam que o fundo não condiz com a atual economia mundial.

O FMI foi criado na década de 1940 para lidar com os problemas monetários pelos quais passava a economia mundial na década de 1930. Portanto, sua estrutura refletia a situação econômica de então: todos os países estavam economicamente fragilizados, tanto pela depressão da década de 1930 quanto pela Segunda Guerra Mundial, a Europa representava um papel muito importante na economia mundial e os Estados Unidos da América (EUA) eram a principal potência econômica capitalista, exercendo uma liderança que não só era indisputada como desejável por todos os demais países do sistema (já que a recessão da década de 1930 era vista como resultado da falta de liderança).

No entanto, a economia mundial mudou bastante ao longo de mais de seis décadas, com a ascensão de economias emergentes, diminuição da liderança estadunidense (ao menos no plano econômico) e a emergência de novos desafios a serem enfrentados pelo FMI, como a crise da dívida nos países em desenvolvimento, nos anos 1980 e 1990. O fundo tem sido alvo de críticas por não ter acompanhado essas mudanças, mantendo uma estrutura obsoleta, principalmente com relação à distribuição do poder de voto na instituição.

Na última década, o fundo tem sido alvo de críticas dos países em desenvolvimento, que reivindicam um aumento de suas cotas de contribuição e, conseqüentemente, de seu poder de voto nos órgãos decisórios do FMI. Esses países afirmam que seu peso na economia mundial não é bem representado por seu poder de voto. Assim, a principal discussão em curso no FMI atualmente, e que será tema desse comitê, é a reforma do sistema de cotas da instituição.

## Histórico do Fundo Monetário Internacional

Em 1944, representantes de quarenta e quatro países se reuniram em Bretton Woods para reorganizar a economia mundial. Segundo Robert Gilpin (1987), a conferência tinha o objetivo, após o trauma da Grande Depressão da década de 1930, de alcançar equilíbrio econômico e pleno emprego e criar uma ordem econômica mundial estável. Para alcançar a estabilidade econômica mundial, a Conferência de Bretton Woods tratava de três temas: a reconstrução pós Segunda Guerra Mundial, o comércio internacional e o sistema monetário internacional. O primeiro resultou na criação do Banco Mundial, o segundo no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês), que deu origem, décadas mais tarde, à Organização Mundial do Comércio (OMC) e o terceiro no Fundo Monetário Internacional (FMI).

Com relação ao sistema monetário internacional, que criou o FMI, o objetivo era construir um novo sistema para substituir o padrão ouro, em vigor até então. De acordo com Gilpin (1987), no padrão ouro, o metal era usado como reserva internacional, e cada país deveria manter uma taxa fixa de conversão entre sua moeda e o ouro. Toda a moeda que estava em circulação no país devia ser lastreada em ouro, ou seja, a quantidade de moeda do país era determinada pelas suas reservas em ouro.

De acordo com Charles Kindleberger (1973), a estabilidade monetária internacional é garantida por cinco funções: manter um mercado de bens de primeira necessidade, prover empréstimos contra-cíclicos<sup>1</sup>, garantir um sistema de troca entre moedas estável<sup>2</sup>, garantir a coordenação de políticas macroeconômicas<sup>3</sup> e prover empréstimos de última instância em caso de crises financeiras.

---

<sup>1</sup> Empréstimos contra-cíclicos são aqueles que ajudam a amenizar uma crise. Os empréstimos cíclicos aumentam quando a economia cresce e diminui em períodos de crise, quando os empréstimos são mais necessários. Os empréstimos contra-cíclicos agem na direção oposta, aliviando os países com dificuldades em momentos de crise. Por isso, a economia internacional precisa de um fornecedor de empréstimos contra-cíclicos, que pode ser um país com economia mais forte ou uma instituição.

<sup>2</sup> Exemplos de sistema de troca são o padrão-ouro, que era mantido principalmente pelo Reino Unido, e o padrão ouro-dólar, que era mantido pelos Estados Unidos, através do FMI.

<sup>3</sup> Para enfrentar crises, é preciso que todos os países ajam em conjunto. Para garantir que suas políticas econômicas estejam em sintonia, é preciso um hegêmona que estimule todos os países a agirem assim.

Ainda segundo Kindleberger, a crise econômica do entre-guerras ocorreu porque não havia um mecanismo para exercer essas funções, já que o Reino Unido, que estava declinante, não tinha mais a capacidade, e os Estados Unidos da América (EUA), em ascendência econômica, não tinham o propósito de exercer essa liderança. Durante o século XIX, o Reino Unido exerceu essas cinco funções, já que a libra esterlina era a principal moeda de circulação internacional. No entanto, ele se enfraqueceu após a Primeira Guerra Mundial, e não tinha mais capacidade de se manter como provedor do sistema internacional. Por outro lado, os EUA se tornaram a maior economia mundial, mas, no período entre-guerras, buscaram uma política de isolacionismo, e não tinham interesse em exercer o papel de líder da economia mundial.

O FMI foi criado para garantir o funcionamento do novo sistema monetário internacional. Para tanto, seus objetivos seriam, como definidos no acordo fundador da instituição: promover cooperação monetária internacional, promover a estabilidade das taxas de câmbio, assistir o estabelecimento de um sistema multilateral de pagamentos, e fornecer empréstimos a países com desajustes no balanço de pagamentos<sup>4</sup>.

O sistema funcionaria de acordo com o padrão ouro-dólar: os Estados Unidos manteriam o dólar atrelado ao ouro e os demais países do mundo fixariam suas moedas em relação ao dólar, com possibilidade de ajustarem suas taxas de câmbio. O sistema funcionaria então sob a liderança dos EUA, já que ele seria responsável pelo suprimento do dólar, que passou a ser a moeda de conversão internacional. Além disso, o sistema dependia da manutenção de déficits no balanço de pagamentos estadunidense, já que, para conseguir suas reservas, os demais países do mundo precisavam acumular dólares, que eram fornecidos pelos EUA quando esses importavam ou investiam no exterior.

Os países que tivessem problemas no ajuste do balanço de pagamentos poderiam recorrer a empréstimos fornecidos pelo FMI, mas teriam que enfrentar condicionalidades: o fundo só forneceria os recursos se os países cumprissem com certas metas e determinadas políticas econômicas. As condicionalidades são para garantir que os países agiram de forma coordenada em suas políticas

---

<sup>4</sup> O Balanço de Pagamentos é o conjunto de transações do país com exterior, e é composto por balanço comercial (exportações menos importações), movimento de capitais e de divisas. O país sempre busca ter um equilíbrio no balanço de pagamentos, e se, por exemplo, tem um déficit na balanço comercial, deve recorrer a um empréstimo (entrada de capital) para alcançar esse equilíbrio.

macroeconômicas. Os recursos para garantir esses financiamentos vêm de contribuições dos países membros. O valor que cada membro deve contribuir é definido através de cotas pré-estabelecidas, que são determinadas de acordo os seguintes fatores: o Produto Interno Bruto, as reservas internacionais e as transações correntes. As cotas também definem o poder de voto de cada país na instituição, sendo o numero de votos proporcional à cota.

De acordo com Raghbendra Jha (2000), as cotas têm quatro funções: determinar as contribuições dos membros aos recursos do fundo, determinar o acesso dos membros aos recursos do FMI, decidir a quantidade de Direitos Especiais de Saque (DES)<sup>5</sup> e determinar o poder de voto. Todos os países têm 250 votos básicos, independentemente de sua contribuição, e mais um voto a cada 100.000 DES de contribuição ao Fundo. Os votos básicos são para manter algum poder de voto mesmo para os países menores e a proporcionalidade entre os votos e a cotas serve para que os maiores contribuintes tenham o maior poder de voto.

Aos EUA coube a maior cota, sendo o único país com poder de veto, já que possui, atualmente, 16,77%<sup>6</sup> dos votos e é preciso 85% dos votos para se aprovar qualquer decisão. A Europa também possui um poder de voto alto, se for considerada em conjunto. Além disso, foi estabelecido um acordo informal entre os EUA e as potências européias: o presidente do Banco Mundial, a outra instituição criada em Bretton Woods, seria sempre estadunidense e o do FMI sempre seria europeu.

Durante a Conferência de Bretton Woods, nenhum desses arranjos foi questionado, já que a liderança estadunidense era considerada natural e desejável, já que era indiscutivelmente a maior potência econômica capitalista. De acordo com Joan Spero (1990), a base política de Bretton Woods era a concentração do poder num pequeno numero de Estados, a existência de interesses compartilhados entre eles e a presença de uma potência dominante capaz e disposta de assumir a liderança. Os EUA exerciam a liderança da economia mundial, e a Europa ainda detinha algum poder, mesmo saindo enfraquecida da Segunda Guerra Mundial. A

---

<sup>5</sup> O Direitos Especiais de Saque (DES) é uma cesta de moedas compostas pelas principais moedas no mundo e é usada pelo FMI para captar recursos de seus membros e fornecer empréstimos.

<sup>6</sup> À época de formação do FMI esse poder de voto era ainda maior, já que a instituição, que começou com 44 membros, hoje tem 185. Cada novo membro da instituição diminui o poder de voto dos demais. Uma vez que o voto é definido como uma porcentagem do total das contribuições feitas ao fundo, o aumento do total de recursos acaba diminuindo a porcentagem que é de responsabilidade de cada membro.

estrutura do FMI refletia a estrutura da economia internacional na época, concentrada na liderança dos EUA e pelo apoio dado pelas potências européias.

No entanto, a manutenção de constantes déficits externos pelos EUA acabou enfraquecendo sua economia, até tornar a situação insustentável para o país. Em 1971, os EUA romperam com a conversibilidade ouro-dólar, acabando com o padrão ouro-dólar criado em Bretton Woods e estabelecendo o que Gilpin (2001) chamou de “não-sistema”. As taxas de câmbio poderiam flutuar livremente, e as reservas internacionais passaram a ser constituídas da qualquer moeda forte, não só o dólar, que na época eram principalmente libra, o marco alemão e o iene. Nesse contexto, o FMI passou a estabelecer suas cotas não mais em ouro e dólar, mas em Direitos Especiais de Saque (DES), uma cesta de moeda composta pelas principais moedas na época e usada somente pelo FMI.

Outra mudança ocorrida no fundo foi o destino de seus empréstimos: como todas as economias avançadas européias já haviam se recuperado da Segunda Guerra e promovido a estabilização econômica, os empréstimos realizados pelo FMI mudaram de destino. Após a década de 1970, nenhum país desenvolvido recorreu aos financiamentos do FMI, que passaram a se destinar a países subdesenvolvidos com graves problemas no balanço de pagamentos. Com isso, a função do FMI deixou de ser ajudar os países europeus com pequenos problemas no balanço de pagamentos para se tornar o fornecedor de empréstimos a países em desenvolvimento com grandes desequilíbrios externos.

Além disso, o modelo que guiava as condicionalidades deixou de ser o estado de bem-estar social keynesiano do pós-guerra, caracterizada pela intervenção estatal na economia para se passar a uma orientação neoliberal, chamada de Consenso de Washington, receitando aos países em desenvolvimento que controlassem os gastos públicos.

## **Apresentação do problema**

Nos anos 2000, após a entrada de vários novos membros, mudanças no modelo de atuação na instituição e alterações na economia mundial, o FMI passou a ser alvo de contestações. De acordo com vários países membros, a instituição não

conseguiu acompanhar as mudanças ocorridas na economia mundial desde a década de 1940, principalmente no que diz respeito ao poder de decisão no FMI. As críticas vieram principalmente de um grupo de países em desenvolvimento chamado G-24<sup>7</sup>, que afirma que são subrepresentados no FMI, já que suas cotas são muito menores do que seu papel na economia mundial. Alguns membros desse grupo, como Brasil e Índia, estão entre os dez maiores Produto Interno Bruto (PIB) mundiais, mas possuem menos de 2% dos votos cada.

O FMI tentou atender a essa reivindicação aumentando, em 2006, as cotas de quatro países em desenvolvimento: China, Coréia do Sul, México e Turquia, sendo dois deles (China e México) membros do G-24. O aumento de cotas se deu em caráter provisório, com previsão de ratificação em 2008. No entanto, a proposta foi criticada pelos demais membros do grupo, que consideram injusto o aumento das cotas de apenas alguns países em detrimento dos demais (já que as cotas de todos os outros membros diminuiriam com o aumento dos quatro membros). Os membros do G-24 também pleiteiam um aumento dos votos básicos, que todos os membros possuem, independentemente de sua cota.

Outro foco de crítica é o processo de nomeação do presidente do Fundo. Em 2007, o presidente do Banco Mundial, o americano Paul Wolfowitz, se envolveu em escândalos de corrupção e foi afastado do cargo. O diretor do Banco Mundial e do FMI são escolhidos seguindo um acordo informal entre EUA e os países europeus, de modo que o presidente do Banco Mundial é sempre um americano e o diretor-geral do FMI é um europeu. Os ocupantes dos dois cargos são escolhidos num processo com pouca transparência e em que os demais membros não participam. Essa escolha fazia sentido na época de criação dessas instituições, já que os EUA e a Europa ocidental respondiam pela maior parte da economia mundial.

No entanto, a situação mudou e esse critério de nomeação tem sido criticado. Na época das acusações contra Wolfowitz, surgiram vários pedidos de membros da instituição para que o processo de escolha do presidente do Banco Mundial fosse feita com mais transparência e que o cargo pudesse ser ocupado por pessoas de outras nacionalidades. As críticas acabaram se dirigindo também ao processo de

---

<sup>7</sup> Os membros do G-24 são: África do Sul, Argélia, Argentina, Brasil, China (membro observador), Colômbia, Costa do Marfim, Egito, Etiópia, Filipinas, Gabão, Gana, Guatemala, Índia, Irã, Líbano, México, Nigéria, Paquistão, Peru, Síria, Sri Lanka, República Democrática do Congo, Trinidad e Tobago e Venezuela.

nomeação do diretor-geral do FMI, e muitas autoridades europeias admitem a possibilidade de que o cargo seja exercido por um não-europeu.

A estrutura do FMI vem sofrendo várias críticas de que é obsoleta. Ela se adequava ao contexto do imediato pós-guerra, mas não reflete mais a atual economia mundial, que passou por diversas transformações nos últimos sessenta anos. Assim, um dos principais desafios do FMI é como se adequar a essas mudanças e quais reformas devem ocorrer na instituição, principalmente no que diz respeito ao poder de voto na instituição e no processo de nomeação de seu diretor-geral.

A ponderação das cotas no FMI tem um duplo sentido: político e técnico. Por um lado, ela determina o poder de voto na instituição, que representa um papel importante na economia internacional. O FMI define quais países receberão empréstimos e sob quais condições, e as receitas de política econômica para os países com problemas econômicos. Por isso, ter poder de influenciar as decisões do fundo significa ter um poder no sistema monetário internacional.

Por outro lado, há um aspecto técnico e econômico a se considerar. O FMI funciona como um banco, em que os países são acionistas. As cotas representam qual deve ser a contribuição daquele país ao orçamento do fundo. Por isso, não se pode dar uma cota excessiva para um país que não tem condições de contribuir para o FMI. Além disso, é preciso levar em conta a estrutura econômica mundial. Apesar de não serem tão predominantes quanto na década de 1940, os EUA e a Europa Ocidental ainda correspondem a grande parte da economia mundial.

## **Estrutura do Fundo Monetário Internacional**

O mais alto órgão de decisão do FMI é a Assembléia de Governadores. Cada país membro é representado por um governador e um vice, em geral o ministro das finanças e presidente do Banco Central. A assembléia se reúne uma vez por ano, e decide as diretrizes gerais da instituição no período. O poder de voto de cada governador é definido de acordo com as cotas de cada país. Cada membro tem 250 votos básicos, e mais votos de acordo com a contribuição que ele dá ao FMI. O valor dessas cotas não pode ser alterado livremente, e a distribuição de cotas é definida

pela Assembléia dos Governadores. Para qualquer decisão ser aprovada, é preciso no mínimo 85% dos votos, e o único país com poder de veto é os EUA, que possui mais de 16% dos votos. O trabalho da Assembléia dos governadores é auxiliado pelo Comitê Financeiro e Monetário e pelo Comitê Conjunto FMI-Banco Mundial para o Desenvolvimento.

Abaixo da Assembléia dos Governadores está a Diretoria Executiva. Dela, fazem parte representantes de 24 dos países membros, que são determinados da seguinte maneira: oito dos maiores cotistas (Alemanha, Arábia Saudita, China, Estados Unidos, França, Japão, Reino Unido e Rússia) têm representação permanente e as demais vagas são preenchidas por membros eleitos com mandato de dois anos, que representam os votos de um grupo de países. A Diretoria Executiva mantém o voto ponderado da Assembléia dos Governadores, sendo que os países que não possuem diretores delegam seus votos para algum dos membros da diretoria.

O órgão funciona de forma permanente na sede da instituição, em Washington, e cuida do funcionamento de dia-a-dia do Fundo, além de colocar em pauta os temas que serão discutidos na Assembléia dos Governadores. A Diretoria Executiva é presidida pelo Diretor-Geral, que é tecnicamente eleito pela Assembléia dos Governadores, mas, por um arranjo informal estabelecido em Bretton Woods, é sempre um europeu. A Diretoria Executiva é auxiliada pelo Comitê Interino e pelo Comitê de Desenvolvimento, que se reúnem duas vezes ao ano. Esse comitê é uma reunião da Assembléia dos Governadores

### **Processo decisório da Assembléia dos Governadores**

Esse comitê simulará a reunião de 2008 da Assembléia dos Governadores, que ocorrerá em outubro desse ano e definirá se as reformas no poder de voto realizadas em 2006 (aumento dos votos de China, Coréia do Sul, México e Turquia) serão mantidas ou não. O comitê será em dupla, para representar o fato de que cada país manda dois representantes para a Assembléia dos Governadores, e terá vinte e cinco delegações (logo, cinqüenta delegados), buscando representar a variedade de posições entre os membros do FMI. A estrutura do poder de voto será

mantida, mas, como o número de delegações será bem menor do que o original, será feita uma regra de três para manter o peso relativo. Algumas particularidades, como o poder de veto dos EUA e o poder de voto relativamente alto dos países Europeus também será mantida.

Essa estrutura de poder de voto será usada em votações substantivas, sendo necessário 85% dos votos para se aprovar uma resolução. No entanto, em questões procedimentais será mantido o processo normal de um voto para cada delegação e uso de maioria simples e qualificada, de acordo com a moção em votação.

As delegações presentes no comitê com seu respectivo poder de voto são:

<b>País Membro</b>	<b>Cota: Porcentagem do Total</b>	<b>Votos: Porcentagem do Total</b>	<b>Votos Corrigidos</b>
Alemanha	5.99	5.88	7,95
África do Sul	0,86	0,85	1,14
Arábia Saudita	3.21	3.17	4,28
Argentina	0,97	0,97	1,31
Austrália	1.49	1.47	1,99
Bélgica	2.12	2.09	2,82
Brasil	1.4	1.38	1,86
Canadá	2.93	2.89	3,96
China	3.72	3.66	4,95
Coréia do Sul	1.35	1.33	1,79
Egito	0,43	0,44	0,59
Espanha	1.46	1.39	1,87
Estados Unidos da América	17.09	16.79	22,68
Federação Russa	2.74	2.7	3,64
França	4.94	4.86	6,56
Índia	1.91	1.89	2,55
Itália	3.25	3.2	4,32
Japão	6.13	6.02	8,13
México	1.45	1.43	1,93
Reino dos Países Baixos	2.38	2.34	3,16
Reino Unido	4.94	4.86	6,56
Suécia	1.1	1.09	1,47
Suíça	1.59	1.57	2,12
Turquia	0,55	0,55	0,74
Venezuela	1.22	1.21	1,63

Considerando que as decisões precisam de 85% dos votos para serem aprovadas, buscou-se manter a assimetria de poder de. Os Estados Unidos são o único membro com poder de veto, alguns países da Europa juntos também conseguem barrar uma decisão (por exemplo, França, Alemanha e Reino Unido), e os países em desenvolvimento não tem esse poder, precisando convencer os países desenvolvidos para conseguirem aprovar qualquer resolução. A utilização de apenas 25 membros do FMI não irá alterar muito a assimetria existente na instituição original, já que esses 25 países representam 74,03% do poder de voto na Assembléia dos Governadores. Cabe lembrar que as votações do comitê usarão a quarta coluna para ponderar os votos dos delegados, mas o que está em discussão é a distribuição de votos da terceira coluna. Em anexo, encontra-se a distribuição de votos de todos os 185 membros do FMI.

### **Posição de grupos**

Como forma de facilitar a compreensão dos países e blocos pertencentes ao FMI, a divisão a seguir foi feita de forma a valorizar os principais atores, blocos econômicos e conjunto de países e sua posição quanto à reforma do FMI. Trata-se de linhas gerais das posições e objetivos, que não elimina a busca de estudos mais profundos e específicos acerca de seu país.

### ***Estados Unidos***

Como principal credor do Fundo, os Estados Unidos possuem a maior cota (16,79%), portanto o único capaz de vetar qualquer decisão do comitê, que precisa de pelo menos 85% dos votos para aprovar uma resolução. Porém, já demonstrou que aceita uma redistribuição no poder de voto se a nova redistribuição do peso dos votos for calculada com base no valor do PIB de todos os países membro do FMI. Além disso, os EUA não estão dispostos a perder o direito de veto e buscam que a União Européia também ceda parte de sua influência, diminuindo seu poder de voto.

Outra proposta dos Estados Unidos, que ainda não foi discutida, é a diminuição da Diretoria Executiva de 24 para 20 membros.

### ***União Européia***

Os países membros da União Européia<sup>8</sup> tendem a atuar de forma conjunta, pois, tradicionalmente, os membros da UE procuram uma convergência de posição quando atuam em um organismo internacional. O poder dos membros da União Européia é muito grande no FMI, já que três dos cinco maiores cotistas (Alemanha, França e Reino Unido) fazem parte do grupo. É importante ressaltar que mesmo agindo em grupo, não é obrigatório que haja um consenso entre os países membros, já que é difícil encontrar uma única posição entre os membros, principalmente em questões de cunho econômico.

Os países com uma grande economia não são favoráveis à cessão precipitada de capital e direito de voto no FMI a países em desenvolvimento. Eles defendem que precisam encontrar uma solução que seja transparente e coincida com uma representação justa para todos os países membros do FMI. A Alemanha quer que sejam o PIB e o grau de abertura de uma economia as variáveis decisivas para o cálculo da cota de cada país em detrimento das reservas de divisas. O país concorda com a redistribuição de votos, mas não quer perder sua posição privilegiada. O Reino Unido e a França, por sua vez, já se mostraram mais abertos a uma reforma mais ampla. O atual diretor-geral do FMI, Dominique Strauss-Kahn, é francês e assumiu o cargo em 2007 com o objetivo de conduzir as reformas.

Os pequenos países europeus, devido ao posicionamento dos EUA, por sua vez, argumentam que a cota não deve se basear exclusivamente no tamanho do PIB, já que o peso relativo dos países asiáticos aumentaria em detrimento de vários pequenos países europeus, e criticam os EUA por querer manter um peso significativo o suficiente na instituição que lhe permita vetar as principais decisões do órgão.

---

<sup>8</sup> A União Européia possui 25 membros, dois quais farão parte desse comitê: Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Itália, Reino dos Países Baixos, Reino Unido e Suécia.

## ***Países que almejam uma redistribuição das cotas***

Os principais países que desejam a reforma do FMI, principalmente no que se diz respeito à força no processo decisório dentro do comitê, são os países em desenvolvimento, liderados pelo grupo do G-24<sup>9</sup>. Os membros mais ativos do G-24 e principais críticos do atual sistema de distribuição de poder no Fundo são Argentina, Brasil, Egito e Índia.

Eles alegam que a força econômica que eles têm na economia internacional não é representada pelas cotas que os mesmos possuem no Fundo. Contudo, esse problema de sub-representação não se limita apenas a alguns países; ele se estende pela maior parte das regiões que cresceram significativamente nos últimos anos, como a Ásia, o Oriente Médio, a América Latina, cujo poder de voto está muito longe do que seria justo hoje, segundo eles, para o seu peso econômico em relação aos outros países.

A proposta dos países em desenvolvimento é de que a redistribuição do peso dos votos, e uma alteração na forma de determinar as cotas, que fosse calculada com uma lista mais ampla de aumentos de cota de mercados emergentes, além do PIB, do saldo comercial e das reservas internacionais; um aumento nos votos básicos<sup>10</sup>, ou até mesmo como proposto pelos países latino-americanos um sistema de “um país, um voto”.

Os ministros do G-24 consideraram que "é preciso uma nova fórmula de representação, tanto em números quanto em posições-chave, para refletir mais adequadamente o tamanho econômico relativo dos países em desenvolvimento na economia mundial".

Os países acreditam que EUA e a Europa precisam abrir mão de parte do poder atual, já que a economia desses países não tem mais a posição dominante que tinha há cinquenta anos. A título de ilustração, a Europa representa 20% da economia mundial, mas tem 30% dos votos no FMI.

É importante salientar que os países que almejam o aumento não possuem capacidade de vetar alguma decisão – devido ao fato de não possuírem o valor

---

<sup>9</sup> Dentre os membros do G-24, participam dessa negociação África do Sul, Argentina, Brasil, China (membro observador), Egito, Índia, México e Venezuela.

<sup>10</sup> Os votos básicos independem da cota do país, e servem para que mesmo os países que não possam contribuir ou contribuam muito pouco tenham algum poder decisório. Atualmente, cada país tem 250 votos básicos. O tamanho desses votos em relação ao total diminuiu continuamente com o tempo: em 1945, representavam 11,3% dos votos no FMI e, atualmente, somam cerca de 2%.

necessário para isso, mesmo que atuem dentro de blocos -, somente com alianças e acordos com outros países.

### ***China, Coréia do Sul, México e Turquia***

O FMI, de modo a atender a reivindicação dos países em desenvolvimento, aumentou, em 2006, as cotas dos quatro países. Porém, a proposta foi criticada pelos demais países de mesma situação econômica, que consideraram injusto o aumento das cotas de apenas alguns países em favor dos demais (com um aumento das cotas de alguns países, outros acabam perdendo devido à proporcionalidade que rege o sistema de votos). Esses quatro países aceitam a redistribuição do poder de voto, mas não querem perder o aumento de sua cota recebido em 2006. Dois desses países (China e México) fazem parte do G-24, que reivindica mudanças mais profundas na instituição.

### ***Demais países***

A reforma do FMI é vista como benéfica pela maioria dos membros da instituição, apesar de que os maiores cotistas não estão dispostos a perder muito de seu poder de voto. Uma das principais propostas é transferir cerca de 2% dos votos dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. Esse valor é questionado pelos países do G-24, que querem um aumento maior de votos. Além disso, algumas peculiaridades devem ser observadas:

A Arábia Saudita, assim como os demais países exportadores de petróleo, é uma das grandes beneficiadas pelo atual sistema, pois tem um PIB *per capita* relativamente alto devido às exportações de petróleo, que lhe garante um poder de voto maior do que seu papel na economia mundial. Por isso, é essencial para esses países que o PIB seja um dos principais determinantes para a divisão de cotas.

O Japão é um dos cinco maiores cotistas e não tem interesse em perder essa posição. O país não é contra a redistribuição dos votos, desde que não altere seu poder relativo no processo decisório do FMI.

## **O que a resolução deve responder**

A resolução deve reformar o atual sistema de cotas do FMI. Ela deve responder se serão alterados os critérios de distribuição de cotas, usando outros determinantes além de PIB, reservas e balança comercial, ou se as cotas serão redistribuídas sem alterar os critérios de distribuição. Além disso, a resolução deve dar conta de como as cotas serão redistribuídas: se os maiores cotistas passarão grande parte do seu poder de voto para os membros com menos cotas ou se a redistribuição será apenas marginal.

Outro tema que deve constar da resolução é a questão dos votos básicos. Os membros devem decidir se a quantidade de votos básicos, que atualmente é 250 votos para cada membro e representa 2% do total de votos da instituição, irá aumentar ou não. Também é desejável, mas não obrigatório, que a resolução trate do processo de escolha do Diretor-Geral do FMI. Deve constar se o processo será mantido (escolha informal feita pelos países europeus) ou se ele deve mudar, e, caso mude, como deve ser o novo processo de escolha.

A resolução também pode abarcar outros temas, como o poder decisório da Diretoria Executiva e quantos membros ela deve ter, o processo de escolha do presidente do Banco Mundial (lembrando que isso teria apenas um caráter recomendatório, já que são duas instituições independentes uma da outra), ou até uma abolição do sistema de cotas e uso de outro critério de distribuição do poder de decisão no FMI.

## **Como funciona um comitê em dupla**

Neste comitê o papel de dois delegados se faz necessário uma vez que o tema é complexo e a posição de um país para ser bem representado deverá contar com o auxílio do parceiro. Além disso, a formação em dupla reflete o funcionamento da Assembléia dos Governadores, que conta com o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central de cada país membro.

Os comitês em dupla são muito produtivos quando existe união entre os dois representantes, é fundamental que um não entre em contradição com o outro da mesma forma que o contato recorrente antes da simulação ajuda muito na pesquisa e construção do posicionamento mais bem fundamentado do país escolhido. Deve haver um cuidado na hora de expor as intenções que representam ao comitê para não interromper o outro, o que não significa que ambos possam falar em um mesmo discurso.

### **Documento de Posição Oficial**

Cada dupla tem a responsabilidade de redigir e entregar à comissão organizadora do MINI-ONU um documento que explicita a posição oficial do país que representa. Este documento deve ser objetivo, evidenciando a posição do ator representado em relação aos problemas abordados no comitê. Dados de caráter puramente descritivo, como dados históricos e características geográficas, não deverão ser inseridos e, em linguagem formal, o documento pode chegar a até o tamanho máximo de uma lauda. É necessário que as cotas e as posições oficiais sobre as questões centrais do comitê estejam claras e bem definidas para que a simulação corra da forma mais próxima da realidade possível. Os documentos de todos os envolvidos no comitê estarão disponíveis para a consulta durante o processo, assim para o conhecimento de interessados acerca das políticas de outro ator. Recomendamos a pesquisa em sites de agências oficiais internacionais e de relações exteriores de cada país com o objetivo de obter as informações mais atualizadas e verdadeiras possíveis.

### **Orientações para pesquisa bibliográfica**

[www.pucminas.br/conjuntura](http://www.pucminas.br/conjuntura): site feito por estudantes de professores do curso de Relações Internacionais da PUC-Minas, possui textos sobre a estrutura do FMI e sobre a reforma.

[www.g24.org](http://www.g24.org) : site oficial do G-24 (em inglês).

<http://jolis.worldbankimflib.org/Bwf/index.htm> : site sobre a história das instituições de Bretton Woods (em inglês).

[www.brettonwoodsproject.org](http://www.brettonwoodsproject.org) : site sobre a história e a atuação do FMI e do Banco Mundial (em inglês e espanhol).

[www.imf.org](http://www.imf.org) : site oficial do Fundo Monetário Internacional (em inglês).

Além desses sites, busquem fontes oficiais do Ministério da Fazenda ou Ministério das Relações Exteriores dos países que estiverem representando.

Também é aconselhável que procurem notícias sobre as discussões sobre a reforma do FMI na seção internacional de jornais. Duas boas fontes de notícia *online* são os sites [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br) e [www.bbc.co.uk/portuguese](http://www.bbc.co.uk/portuguese). Com uma simples busca por reforma + FMI já é possível encontrar bastante material.

Procurem também entender sobre o contexto da Conferência de Bretton Woods e de criação do Fundo Monetário Internacional, que pode ser encontrado em qualquer livro de história do ensino médio.

## **Bibliografia**

BADARO, Celeste. **Crise no Banco Mundial**. Disponível em: <  
[http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO\\_ARQ\\_NOTIC20070530111735.pdf](http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20070530111735.pdf)  
>. Acesso em 21 mar 2008.

ESTEVES, Raphael. **A Reforma do FMI e a insatisfação de Argentina, Brasil, Egito e Índia**. Disponível em: <  
[http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO\\_ARQ\\_NOTIC20061018115556.pdf](http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20061018115556.pdf)  
>. Acesso em 19 mar 2008.

FUNDO MONETARIO INTERNACIONAL. Site oficial <[www.imf.org](http://www.imf.org)>. Acesso em 20 mar 2008.

G-24. Site Oficial. <[www.g24.org](http://www.g24.org)>. Acesso em 21 mar 2008.

GILPIN, Robert. **Global Political Economy**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

GILPIN, Robert. **The Political Economy of International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987.

JHA, Raghendra. SAGGAR, Mridul K. **Towards a More Rational IMF Cota Structure: Suggestions for the Creation of a New International Financial Architecture**. Development and Change, Jun/2000, vol. 31, n.3, p.579.

KINDLEBERGER, Charles. **The World in Depression 1929-1939**. Londres: University of California Press, 1986.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: Teoria e Política**. São Paulo: Pearson, 2005.

SPERO, Joan. **The Politics of International Economic Relations**. Londres: Martin's Press, 1990.

## Anexo: Distribuição de votos e cotas entre os 185 membros do FMI

Membro	Milhões de DES	Porcentagem do total de cotas	Número de votos	Porcentagem do total de votos
Afeganistão	161.9	0.07	1,869	0.08
África do Sul	1,868.5	0.86	18,935	0.85
Albânia	48.7	0.02	737	0.03
Alemanha	13,008.2	5.99	130,332	5.88
Argélia	1,254.7	0.58	12,797	0.58
Angola	286.3	0.13	3,113	0.14
Antígua e Barbuda	13.5	0.01	385	0.02
Arábia Saudita	6,985.5	3.21	70,105	3.16
Argentina	2,117.1	0.97	21,421	0.97
Armênia	92.0	0.04	1,170	0.05
Austrália	3,236.4	1.49	32,614	1.47
Áustria	1,872.3	0.86	18,973	0.86
Azerbaijão	160.9	0.07	1,859	0.08
Bahamas	130.3	0.06	1,553	0.07
Bahrein	135.0	0.06	1,600	0.07
Bangladesh	533.3	0.25	5,583	0.25
Barbados	67.5	0.03	925	0.04
Bélgica	4,605.2	2.12	46,302	2.09
Belize	18.8	0.01	438	0.02
Benin	61.9	0.03	869	0.04
Bielorrússia	386.4	0.18	4,114	0.19
Bolívia	171.5	0.08	1,965	0.09
Bósnia Herzegovina	169.1	0.08	1,941	0.09
Botsuana	63.0	0.03	880	0.04
Brasil	3,036.1	1.40	30,611	1.38
Brunei	215.2	0.10	2,402	0.11
Bulgária	640.2	0.29	6,652	0.30
Burkina Faso	60.2	0.03	852	0.04
Burundi	77.0	0.04	1,020	0.05
Butão	6.3	0.003	313	0.01
Camboja	87.5	0.04	1,125	0.05
Camarões	185.7	0.09	2,107	0.10
Canadá	6,369.2	2.93	63,942	2.89
Cabo Verde	9.6	0.004	346	0.02
Cazaquistão	365.7	0.17	3,907	0.18
Chade	56.0	0.03	810	0.04
Chile	856.1	0.39	8,811	0.40
China	8,090.1	3.72	81,151	3.66
Chipre	139.6	0.06	1,646	0.07
Cingapura	862.5	0.40	8,875	0.40
Colômbia	774.0	0.36	7,990	0.36
Comoros	8.9	0.004	339	0.02
Coréia do Sul	2,927.3	1.35	29,523	1.33
Costa Rica	164.1	0.08	1,891	0.09

<b>Membro</b>	<b>Milhões de DES</b>	<b>Porcentagem do total de cotas</b>	<b>Número de votos</b>	<b>Porcentagem do total de votos</b>
Costa do Marfim	325.2	0.15	3,502	0.16
Croácia	365.1	0.17	3,901	0.18
Dinamarca	1,642.8	0.76	16,678	0.75
Djibouti	15.9	0.01	409	0.02
Dominica	8.2	0.004	332	0.01
Equador	302.3	0.14	3,273	0.15
Egito	943.7	0.43	9,687	0.44
El Salvador	171.3	0.08	1,963	0.09
Emirados Árabes Unidos	611.7	0.28	6,367	0.29
Eritréia	15.9	0.01	409	0.02
Eslováquia	357.5	0.16	3,825	0.17
Eslovênia	231.7	0.11	2,567	0.12
Espanha	3,048.9	1.40	30,739	1.39
Estados Unidos	37,149.3	17.09	371,743	16.77
Estônia	65.2	0.03	902	0.04
Etiópia	133.7	0.06	1,587	0.07
Federação Russa	5,945.4	2.74	59,704	2.69
Fiji	70.3	0.03	953	0.04
Filipinas	879.9	0.40	9,049	0.41
Finlândia	1,263.8	0.58	12,888	0.58
França	10,738.5	4.94	107,635	4.86
Gabão	154.3	0.07	1,793	0.08
Gâmbia	31.1	0.01	561	0.03
Gana	369.0	0.17	3,940	0.18
Geórgia	150.3	0.07	1,753	0.08
Grécia	823.0	0.38	8,480	0.38
Granada	11.7	0.01	367	0.02
Guatemala	210.2	0.10	2,352	0.11
Guiné	107.1	0.05	1,321	0.06
Guiné-Bissau	14.2	0.01	392	0.02
Guiné Equatorial	32.6	0.02	576	0.03
Guiana	90.9	0.04	1,159	0.05
Haiti	81.9	0.04	1,069	0.05
Honduras	129.5	0.06	1,545	0.07
Hungria	1,038.4	0.48	10,634	0.48
Iemên	243.5	0.11	2,685	0.12
Ilhas Maldivas	8.2	0.004	332	0.01
Ilhas Marshall	3.5	0.002	285	0.01
Ilhas Maurício	101.6	0.05	1,266	0.06
Ilhas Salomão	10.4	0.005	354	0.02
Índia	4,158.2	1.91	41,832	1.89
Indonésia	2,079.3	0.96	21,043	0.95
Irã	1,497.2	0.69	15,222	0.69

<b>Membro</b>	<b>Milhões de DES</b>	<b>Porcentagem do total de cotas</b>	<b>Número de votos</b>	<b>Porcentagem do total de votos</b>
Iraque	1,188.4	0.55	12,134	0.55
Irlanda	838.4	0.39	8,634	0.39
Islândia	117.6	0.05	1,426	0.06
Israel	928.2	0.43	9,532	0.43
Itália	7,055.5	3.25	70,805	3.19
Jamaica	273.5	0.13	2,985	0.13
Japão	13,312.8	6.13	133,378	6.02
Jordânia	170.5	0.08	1,955	0.09
Kiribati	5.6	0.003	306	0.01
Kuwait	1,381.1	0.64	14,061	0.63
Lao	52.9	0.02	779	0.04
Letônia	126.8	0.06	1,518	0.07
Lesoto	34.9	0.02	599	0.03
Líbano	203.0	0.09	2,280	0.10
Libéria	129.2	0.06	1,542	0.07
Líbia	1,123.7	0.52	11,487	0.52
Lituânia	144.2	0.07	1,692	0.08
Luxemburgo	279.1	0.13	3,041	0.14
Macedônia	68.9	0.03	939	0.04
Madagascar	122.2	0.06	1,472	0.07
Malawi	69.4	0.03	944	0.04
Malásia	1,486.6	0.68	15,116	0.68
Mali	93.3	0.04	1,183	0.05
Malta	102.0	0.05	1,270	0.06
Marrocos	588.2	0.27	6,132	0.28
Mauritânia	64.4	0.03	894	0.04
México	3,152.8	1.45	31,778	1.43
Mianmar	258.4	0.12	2,834	0.13
Micronésia	5.1	0.002	301	0.01
Moldóvia	123.2	0.06	1,482	0.07
Mongólia	51.1	0.02	761	0.03
Montenegro	27.5	0.01	525	0.02
Moçambique	113.6	0.05	1,386	0.06
Namíbia	136.5	0.06	1,615	0.07
Nepal	71.3	0.03	963	0.04
Nova Zelândia	894.6	0.41	9,196	0.41
Nicarágua	130.0	0.06	1,550	0.07
Níger	65.8	0.03	908	0.04
Nigéria	1,753.2	0.81	17,782	0.80
Noruega	1,671.7	0.77	16,967	0.77
Omã	194.0	0.09	2,190	0.10
Paquistão	1,033.7	0.48	10,587	0.48
Palau	3.1	0.001	281	0.01
Panamá	206.6	0.10	2,316	0.10
Papua Nova Guiné	131.6	0.06	1,566	0.07
Paraguai	99.9	0.05	1,249	0.06

<b>Membro</b>	<b>Milhões de DES</b>	<b>Porcentagem do total de cotas</b>	<b>Número de votos</b>	<b>Porcentagem do total de votos</b>
Peru	638.4	0.29	6,634	0.30
Polônia	1,369.0	0.63	13,940	0.63
Portugal	867.4	0.40	8,924	0.40
Qatar	263.8	0.12	2,888	0.13
Quênia	271.4	0.12	2,964	0.13
Quirguistão	88.8	0.04	1,138	0.05
Reino dos Países Baixos	5,162.4	2.38	51,874	2.34
Reino Unido	10,738.5	4.94	107,635	4.86
República Democrática do Congo	533.0	0.25	5,580	0.25
República do Congo	84.6	0.04	1,096	0.05
República Central Africana	55.7	0.03	807	0.04
República Dominicana	218.9	0.10	2,439	0.11
República Tcheca	819.3	0.38	8,443	0.38
Romênia	1,030.2	0.47	10,552	0.48
Ruanda	80.1	0.04	1,051	0.05
Samoa	11.6	0.01	366	0.02
São Cristóvão e Neves	8.9	0.004	339	0.02
Santa Lucia	15.3	0.01	403	0.02
São Vicente	8.3	0.004	333	0.02
São Marino	17.0	0.01	420	0.02
São Tomé e Príncipe	7.4	0.003	324	0.01
Senegal	161.8	0.07	1,868	0.08
Sérvia	467.7	0.22	4,927	0.22
Seychelles	8.8	0.004	338	0.02
Serra Leoa	103.7	0.05	1,287	0.06
Síria	293.6	0.14	3,186	0.14
Somália	44.2	0.02	692	0.03
Sri Lanka	413.4	0.19	4,384	0.20
Suazilândia	50.7	0.02	757	0.03
Sudão	169.7	0.08	1,947	0.09
Suécia	2,395.5	1.10	24,205	1.09
Suíça	3,458.5	1.59	34,835	1.57
Suriname	92.1	0.04	1,171	0.05
Tadjiquistão	87.0	0.04	1,120	0.05
Tanzânia	198.9	0.09	2,239	0.10
Tailândia	1,081.9	0.50	11,069	0.50
Timor Leste	8.2	0.004	332	0.01

<b>Membro</b>	<b>Milhões de DES</b>	<b>Porcentagem do total de cotas</b>	<b>Número de votos</b>	<b>Porcentagem do total de votos</b>
Togo	73.4	0.03	984	0.04
Tonga	6.9	0.003	319	0.01
Trinidad e Tobago	335.6	0.15	3,606	0.16
Tunísia	286.5	0.13	3,115	0.14
Turquia	1,191.3	0.55	12,163	0.55
Turcomenistão	75.2	0.03	1,002	0.05
Uganda	180.5	0.08	2,055	0.09
Ucrânia	1,372.0	0.63	13,970	0.63
Uruguai	306.5	0.14	3,315	0.15
Uzbequistão	275.6	0.13	3,006	0.14
Vanuatu	17.0	0.01	420	0.02
Venezuela	2,659.1	1.22	26,841	1.21
Vietnã	329.1	0.15	3,541	0.16
Zâmbia	489.1	0.23	5,141	0.23
Zimbábue	353.4	0.16	0	0.00